

HABEAS CORPUS Nº 527.620 - MG (2019/0242783-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : PEDRO CASSIMIRO QUEIROZ MENDONCA
ADVOGADO : PEDRO CASSIMIRO QUEIROZ MENDONÇA - MG122897
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : TIAGO HENRIQUE DE SOUZA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de TIAGO HENRIQUE DE SOUZA SILVA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.050085-0/000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante (e-STJ fls. 10/55), tendo sido a prisão convertida em preventiva (e-STJ fls. 89/95), pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, V, e 35, *caput*, todos da Lei n. 11.343/2006, porque transportava, no interior de um caminhão vindo do Estado do Paraná, além de objetos, aproximadamente, 800kg (oitocentos quilos) de maconha.

Impetrado *habeas corpus* na origem, os desembargadores da 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça denegaram a ordem (e-STJ fls. 89/95).

Neste *writ*, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da medida constritiva.

Sustenta ausência de fundamentos idôneos para a decretação da custódia, já que foi levada em consideração, tão somente, a gravidade abstrata do delito.

Ressalta que inexistem provas de que o paciente pratica atividades criminosas ou possui vínculo com os demais conduzidos, e pontua que o investigado é primário, possui trabalho lícito e é estudante universitário, não apresentando nenhum risco à garantia da ordem pública.

Dessa forma, requer, liminarmente, possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento definitivo deste *habeas corpus*, com a expedição do competente alvará de soltura. No mérito, postula a revogação da prisão (e-STJ fls. 1/8).

Superior Tribunal de Justiça

Liminar indeferida às e-STJ fls. 102/104.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 128/134).

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. Informações extraídas do endereço eletrônico do Tribunal de origem noticiam a expedição, em 29/10/2019, de alvará de soltura em favor do paciente.

Assim, fica sem objeto este remédio constitucional, que buscava, justamente, a liberdade dos pacientes.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator